



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CARTA CONTRATO Nº 10/2021**

**CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 10/2021**

**PROCESSO ELETRÔNICO N. [0002087-32.2021.6.22.8000](#)**

**CARTA-CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA AURINEIA BORGES VALENTE 77959965234 (Inamoratta Floricultura), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRANJOS FLORAIS, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS DO TRE-RO.**

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00.

**CONTRATADA:** Empresa **AURINEIA BORGES VALENTE 77959965234 (Inamoratta Floricultura)**, inscrita no CNPJ sob o n. 12.587.202/0001-60, com sede na Rua João Goulart, n. 1923, São Cristóvão, CEP 76804-034, Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 3224-1210 / 99308-1355, E-mail(s): [inamoratta\\_josi@hotmail.com](mailto:inamoratta_josi@hotmail.com) e [aurineiavalente.eventos@hotmail.com](mailto:aurineiavalente.eventos@hotmail.com), neste ato representada por **AURINEIA BORGES VALENTE**, brasileira, portadora do RG n. 852563-SESDEC/RO e CPF sob o n. 779.599.652-34.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRE-RO 04/2008 e Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).

**FUNDAMENTO LEGAL:** Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços n. 03/2021/SLC.

**Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação:** DESPACHO Nº 975/2021 - PRES/DG/GABDG (evento [0720793](#)), de 30/07/2021.

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, II, IV e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O objeto desta Carta-Contrato é o serviço de fornecimento de arranjos florais para atendimento das necessidades do Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em eventos institucionais, incluindo homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos, conforme descrição e quantidades estimadas constantes no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Especificação
01	Arranjo Baixo	10	Medindo 100 cm de comprimento X 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, a critério do CONTRATANTE.
02	Arranjo sobre colunas	20	Apoiado sobre colunas de vidro ou madeira, ou vasos cerâmicos ou de vidro (para instalação na porta de entrada e interior do auditório ou plenário, composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, a critério do CONTRATANTE.
03	Arranjo fúnebre	4	Arranjo fúnebre composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m X1m - acompanha faixa com



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			<p>mensagem.</p> <p>Obs.: Os arranjos fúnebres deverão ser fornecidos a qualquer hora do dia e da noite, inclusive em finais de semana e feriados</p>
--	--	--	---

**Subcláusula Primeira** – A quantidade acima informada é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência da Carta-Contrato.

**Subcláusula Segunda** – Os serviços serão prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO ou em outro local, previamente informado à CONTRATADA, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

**Subcláusula Terceira** – Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, dos itens objeto desta contratação.

**Subcláusula Quarta** - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico respectivo, a Cotação de Preços respectiva, a Proposta da Contratada e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

### **DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO**

**(Artigo 55, II e IV, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Para o fornecimento dos arranjos deverão ser atendidas as seguintes condições:

- A CONTRATADA deverá fornecer os arranjos florais com antecedência de pelo menos 04 (quatro) horas da realização do evento;
- A CONTRATADA deverá observar qualidade mínima indicada nas fotos anexadas aos eventos SEI [0704772](#) e [0704773](#).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) A Comissão de Cerimonial comunicará a CONTRATADA, no mínimo de 05 (cinco) dias de antecedência da data do evento, o tipo de arranjo floral necessário.

### **DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**(Artigo 55, II e IV, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para execução da presente Carta-Contrato, deverão ser observados os prazos de execução e os critérios de aceitação do objeto a seguir descritos:

a) Após a emissão da **ORDEM DE SERVIÇO**, a CONTRATADA deverá executar o objeto nos prazos e condições estabelecidos na Cláusula Segunda deste instrumento e no item 2.3 do Projeto Básico respectivo. Para cada solicitação de serviço será emitida uma **ORDEM DE SERVIÇO** específica;

b) Prestados os serviços em cada evento, a CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal específica desses serviços ao gestor do contrato, o qual emitirá o Termo de Recebimento Provisório com valor meramente quantitativo e que não caracteriza a aceitação definitiva dos serviços;

c) No prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o gestor desta contratação realizará a análise qualitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes no Projeto Básico. Atendidas todas as especificações o gestor emitirá o Termo de Recebimento Definitivo; e

d) No caso de eventual inconsistência, omissões ou erros na entrega dos materiais ou prestação de serviços, o gestor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que especificará de forma detalhada os inconsistências e prejuízos causados.

### **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA VIGÊNCIA**

**(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** - A vigência desta Carta-Contrato será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI, não podendo ser prorrogada.

**DO VALOR**

**(Art. 55, III e V, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – O valor total estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), conforme proposta da CONTRATADA e a seguir demonstrado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD ESTIMADA	Valor Unitário R\$	Valor Total Estimado R\$
01	Arranjo baixo	10	450,00	4.500,00
02	Arranjo sobre colunas	20	390,00	7.800,00
03	Arranjo fúnebre	04	300,00	1.200,00
<b>Total Geral estimado da Carta-Contrato</b>				<b>13.500,00</b>

**Subcláusula Primeira** - A quantidade acima informada é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste instrumento.

**Subcláusula Segunda** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral, com Programa de Trabalho n. 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa n. 33.90.30-15, conforme Nota de Empenho n. 2021NE000273, de 03/08/2021.

**DO PAGAMENTO**

**(Art. 55, III, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O pagamento do objeto da presente Carta-Contrato será efetuado após cada prestação de serviço, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo do serviço e ateste da Fatura/Nota Fiscal pelo gestor desta contratação, aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência.

**Subcláusula Primeira** - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho (CNDT).

**Subcláusula Segunda** - Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo contratante, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**Subcláusula Terceira** - Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada.

**Subcláusula Quarta** - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012)

**Subcláusula Quinta** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**Subcláusula Sexta** - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

**Subcláusula Sétima** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

**Subcláusula Oitava** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%.

**Subcláusula Nona** - A compensação financeira prevista no ITEM anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – A Gestão e a fiscalização desta contratação serão realizadas pela Presidente da Comissão de Cerimonial do TRE-RO (podendo ser substituída por um dos demais integrantes da Comissão, a ser indicado por essa), a qual compete observar as normas impostas pela Lei 8666/93 e Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO.

**Subcláusula Única** - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Art. 55, VII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA NONA** – Obriga-se o CONTRATANTE a:

- a) Cumprir e fazer cumprir todos os preços, prazos, quantidades e condições estabelecidos neste instrumento e no Projeto Básico respectivo, em especial o ITEM 2.3;
- b) Expedir ordens de serviço para autorização dos serviços pela CONTRATADA;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) Receber os fornecimentos e materiais nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento e no Projeto Básico;
- d) Recusar e devolver, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas no Projeto Básico.
- e) Promover o acompanhamento e a fiscalização da Carta-Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- f) Efetuar o pagamento, nos termos pactuados.
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- h) Controlar a execução financeira desta contratação dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
- i) Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução desta Carta-Contrato;
- j) Não permitir a transferência, nem a sublocação nem a subcontratação, no todo ou em parte, dos itens objeto desta Carta-Contrato; e
- k) Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Art. 55, II, IV, VII e XIII, da Lei 8666/93)**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – Obriga-se a CONTRATADA a:**

- a) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, preços e condições estabelecidos neste instrumento e em seus anexos e no Termo de Referência, em especial o ITEM 2.3;
- b) Entregar o objeto da Carta-Contrato nos prazos especificados neste instrumento;
- c) Fornecer os produtos, materiais de apoio e manter o pessoal de apoio necessário a realização do objeto;
- d) Substituir, às suas expensas, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, os itens em desacordo com as especificações no Projeto Básico e neste instrumento contratual, comunicados pela Comissão de Cerimonial;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- e) Atender aos demais comunicados pelo gestor desta contratação quanto ao cumprimento das cláusulas especificadas neste instrumento;
- f) Receber o pagamento do valor ajustado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- g) Manter-se, durante toda a execução da Carta-Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e com a qualificação exigidas na licitação e apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT), quando da contratação e apresentação de faturas para pagamentos;
- h) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto desta contratação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- i) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;
- j) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência da Carta-Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
- k) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por toda e qualquer despesa decorrente da execução dos serviços objeto deste projeto, tais como: pagamento de salários, seguros de acidentes de trabalho, mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, indenizações, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo;
- l) Fornecer ao fiscal desta contratação, a qualquer momento, todas as informações de interesse do TRE-RO, por ele consideradas necessárias, atendendo prontamente às suas solicitações;
- m) Não transferir, nem sublocar, nem subcontratar, no todo ou em parte, os itens objeto desta Carta-Contrato;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n) Cumprir determinação do Fiscal desta contratação para adimplemento de obrigação assumida com a celebração do ajuste, no prazo determinado na notificação, sob pena de aplicação de penalidades caso persista, de forma injustificada, a inadimplência;

o) Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

I - Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal desta contratação, decidir acerca desses requerimentos;

II - Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

p) Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas nesta Carta-Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas neste instrumento.

**Subcláusula Primeira** - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a CONTRATADA à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:

I - Atraso injustificado da obrigação de fornecer os materiais da ornamentação pelo menos 04 (quatro) horas antes da realização do evento: multa de 2% (dois por cento);

II - Atraso nos demais prazos e obrigações estipulados neste instrumento, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia até o limite de 20 (vinte) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - Advertência escrita;

II - Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

**Subcláusula Quarta** - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

**Subcláusula Quinta** - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

**Subcláusula Sexta** - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Sétima** - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

**Subcláusula Oitava** - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar à CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

**Subcláusula Nona** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**Subcláusula Décima** - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

**Subcláusula Décima Primeira** – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Subcláusula Décima Segunda** - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

**Subcláusula Décima Terceira** - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima Quarta** - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

**Subcláusula Décima Quinta** - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Sexta** - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Sétima**- No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Décima Oitava** - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima Nona-** Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Vigésima** - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**Subcláusula Vigésima Primeira** – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las.

**Subcláusula Vigésima Segunda** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008/TRE-RO.

### **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** - A rescisão contratual poderá ser:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

### **DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às aquisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Art. 55, XII, da Lei 8666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - À execução do presente instrumento e aos casos omissos, além das disposições previstas neste instrumento e no Projeto Básico e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e na Resolução TSE 23.234/2010, e, supletivamente, na Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e na Lei 10.406/2002 (Código Civil).

**Subcláusula Única** - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 03 de agosto de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>AURINEIA BORGES VALENTE</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 03/08/2021, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **AURINEIA BORGES VALENTE, Usuário Externo**, em 06/08/2021, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 06/08/2021, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 06/08/2021, às 12:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0722387** e o código CRC **2C98698C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805-859 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Solicito a Vossa Senhoria **autorização** para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência/projeto básico para a pretensa contratação/aquisição, conforme segue:

<b>Unidade solicitante:</b>	<i>CERIMONIAL</i>
<b>Unidade demandante:</b>	<i>CERIMONIAL</i>
<b>Servidores responsáveis pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do PB/TR:</b>	<i>Áurea Cristina Saldanha Oliveira - chefe do Cerimonial</i>
<b>Objeto:</b>	<i>A contratação tem por objeto o serviço de fornecimento de arranjos florais para atendimento ao cerimonial de eventos institucionais deste Tribunal, consistentes em homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos.</i>
<b>Quantidade:</b>	<i>1. Arranjo Baixo: 10 2. Arranjo sobre colunas: 20 3. Arranjo fúnebre: 04</i>
<b>Plano Anual de Contatação (PAC):</b>	<i>( x ) Sim. ( ) Não. Justificativa da necessidade:</i>
<b>Data em que deve ser iniciada a prestação de serviços ou a entrega do objeto:</b>	<i>Previsão para início da prestação de serviços - dezembro de 2020.</i>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Registra-se que este documento não substitui os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) que serão realizados após despacho autorizando a presente Solicitação de Contratação.

Assim, encaminho os autos para análise e deliberação dessa autoridade administrativa.

---

0002087-32.2021.6.22.8000

0701874v3



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Analista Judiciário, em 10/06/2021, às 20:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferi



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805-859 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**ETP - PARA DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA DISPENSAS E  
INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO**

Senhor Secretário da SAOFC,

Para cumprimento do [inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93](#), encaminha-se o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) para apreciação e eventual aprovação de Vossa Senhoria, com os elementos iniciais que integrarão o Projeto Básico para a pretensa contratação.

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

<b>Contratação direta:</b>  <i>(Indicar o dispositivo legal de enquadramento da contratação. Acaso enquadrada no art. 24, inciso I, II, IV e V, com valores definidos nesses dispositivos, apresentar a complexidade que justifica a adoção de ETP)</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Dispensa de licitação. Art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93.
<b>Unidade solicitante:</b>	<i>CERIMONIAL</i>
<b>Unidade demandante:</b>	<i>CERIMONIAL</i>
<b>Servidor ou equipe responsável pela elaboração do projeto básico da contratação:</b>	Áurea Cristina Saldanha Oliveira Aragão - Chefe do Cerimonial
<b>Contratação com previsão no Plano Anual de Contratações - PAC?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.  <input type="checkbox"/> Não. Justificar, de forma sucinta, a razão da não inclusão prévia no PAC.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Houve contratação semelhante em exercícios anteriores?</b>	<p><input type="checkbox"/> Não. (Se assinalado, não responder os demais).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Houve incidentes durante o procedimento de seleção da proposta ou na execução do contrato, ou em ambos?</p> <p><input type="checkbox"/> As lições aprendidas estão sendo consideradas neste estudo?</p>
<b>Justificativa:</b>	<i>A contratação visa atender necessidade do Cerimonial para os eventos institucionais de posse de juízes membros, dirigentes do tribunal, solenidade de diplomação de candidatos eleitores e demais solenidades determinadas pela Presidência.</i>
<b>Objeto:</b>	<i>Contratação de empresa especializada em serviço de ornamentação, consistente no fornecimento de arranjos de flores, conforme especificações a serem lançadas no projeto básico</i>
<b>Quantidade:</b>  <i>(Estimativa das quantidades (unidades)).</i>	Previsão inicial de valores:  <input type="checkbox"/> Não.  <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Informar:
<b>Data prevista para o início das entregas ou para a prestação dos serviços:</b>	<i>Estima-se que a partir do mês de outubro este tribunal possa realizar eventos presenciais, havendo a possibilidade de revogação da proibição de realização de eventos presenciais em razão do avanço da vacinação contra a Covid-19 no país.</i>

0002087-32.2021.6.22.8000

0703171v5



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Analista Judiciário, em 20/07/2021, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0703171** e o código CRC **FD462EFC**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805-859 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA  
LICITAÇÃO**

**INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA  
LICITAÇÃO**

Senhor Secretário da SAOFC,

Para cumprimento do Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário e Resolução CNJ n. 215, de 16/09/2015, encaminho a Vossa Senhoria a "**INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**" para aprovação e publicação no **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA** deste Tribunal.

<b>Valor estimado da contratação:</b>	<b>R\$ 13.500,00</b> (treze mil e quinhentos reais)
<b>Forma de aquisição:</b>	( ) Licitação. ( x ) Aquisição direta.
<b>Classificação da contratação:</b>	( x ) Aquisições e contratações gerais, <b>EXCETO obras e serviços de engenharia e prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, regulados pela Instrução Normativa SG/ME n. 5, de 26 de maio de 2017.</b> ( ) SOLUÇÕES DE TIC (Resolução CNJ n. 182/2013).
<b>Objeto:</b> <i>(Descrição sucinta do objeto que será estimado)</i>	A contratação tem por objeto o serviço de fornecimento de arranjos florais para atendimento das demandas do Cerimonial de eventos institucionais deste Tribunal, consistentes em homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	correlatos.
<b>Servidor ou servidores responsáveis pela estimativa de preços:</b>  <i>(indicar também a unidade de lotação)</i>	Servidor 1: Rudma Rosa , Lotação: COMAP  Servidor 2: Áurea Crisitna, Lotação: SJGI
<b>Norma utilizada para a estimativa de preços:</b>	( x ) Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020.  ( ) Outra norma/fonte/critério de pesquisa de preços (JUSTIFICAR):
<b>Critérios:</b>  <i>(situações específicas de cada objeto)</i>	<b>A cotação de preços observou as condições comerciais praticadas, na forma do art. 4º da IN SG/ME 73/2020.</b>  ( ) INFORMAR quais condições constaram da cotação:  forma de fornecimento, prazos e locais de entrega.  ( ) Não houve observação do art. 4º da IN SG/ME 73/20. (JUSTIFICAR):
<b>Parâmetros adotados na estimativa de preços:</b>	<b>I - ASSINALAR quais parâmetros do art. 5º da IN SG/ME 73/2020 foram utilizados:</b>  ( ) Inciso I - Painel de Preços;  ( ) Inciso II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos;  ( ) Inciso III - Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;  ( x ) Inciso IV - Pesquisa direta com fornecedores.  <b>II - A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II:</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>( ) Sim</p> <p>( x ) Não (JUSTIFICAR): Em razão da ampla oferta de mercado para o produto demandado, realizamos a pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, com os orçamentos equivalentes, e COTAÇÕES DE PREÇOS ENVIADAS 17/06/2021 - para os fornecedores informados em 0704915.</p> <p><b>III - Na pesquisa direta com fornecedores foram observados os requisitos listados no § 2º do art. 5º da IN SG/ME 73/2020.</b></p> <p>( x ) Sim, todos.</p> <p>( ) Parcialmente ou não observado (JUSTIFICAR):</p> <p>( ) Caso não tenha utilizado a IN SG/ME 73/20 DESCREVER os critérios e parâmetros adotados na pesquisa de preços: _____</p>
Metodologia para obtenção da estimativa de preços:	<p>Arts. 6º da IN SG/ME 73/20:</p> <p><b>I - INSERIR no ANEXO I desta Informação o QUADRO com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, lincadas com o número dos eventos no SEI.</b></p> <p>( x ) Não há grande variação entre os preços obtidos.</p> <p>( ) Há grande variação entre os preços obtidos.</p> <p><b>II - ANALISAR de forma crítica os preços coletados e descritos no Anexo I, em especial, quando houver <u>grande variação</u> entre os valores apresentados (§ 3º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</b></p>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Registramos nos autos os valores propostos, incluindo as negativas de cotação e os valores excessivamente elevados, os quais não serão considerados para média de licitação, somente o menor valor, pois compreendido no limite permitido para Dispensa de Licitação, Art. 24, II, da lei 8666/93.

**III - Há valores inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados?**

( x ) Sim, se forem desconsiderados,  
FUNDAMENTAR (§ 2º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):

A contratação será direta com o menor valor proposto pela empresa **Aurinéia Borges Valente** [0710424](#) .

Há um valor excessivamente elevado (**Floricultura da Amazônia** [0710428](#)), o qual foi descartado para a contratação direta, e seria também para o processo licitatório, em caso de composição para média.

( ) Não há valores com essas características.

**IV - Após os procedimentos acima, INSERIR NO ANEXO II desta Informação novo QUADRO com os PREÇOS FINAIS ESTIMADOS para a licitação ou contratação direta, as fontes pesquisadas - linkadas com o número do evento no SEI - decorrentes da média, mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, OU de forma excepcional e justificada abaixo, em número menor, desde que aprovado pela autoridade competente (§ 4º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):**

Será contratado o menor valor.

**V - Para esta contratação serão utilizados outros critérios ou métodos?** Caso positivo, deverão ser devidamente justificados nos autos pelo gestor



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>responsável e aprovados pela autoridade competente (§ 4º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</p> <p>Não, somente os critérios estabelecidos pela IN 73/2020 SG</p>
<b>Publicação:</b>	<p><b>Valor estimado é sigiloso:</b></p> <p>( x ) Não, PUBLICAR.</p> <p>( ) Sim (INDICAR O FUNDAMENTO):</p> <p><u>Nota:</u> Ainda que se trate de preço com divulgação restrita na fase de publicação do edital da licitação, a publicação dos dados deste formulário ocorrerá após a finalização do certame.</p>

### **ANEXO I - PREÇOS OBTIDOS NA PESQUISA**

- **INSERIR QUADRO** com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, vinculadas com o número dos eventos no SEI.

COTAÇÃO DE PREÇOS - Data da consulta: 29/06/2021																		
					Casa das Flores <a href="#">0710349</a>		Casa das Plantas <a href="#">0710351</a>		Euro Comércio <a href="#">0710408</a>		Primavera Eventos <a href="#">0710419</a> , REGULAR em todas certidões, conforme evento <a href="#">0710429</a>		Guimar Aparecida Leite <a href="#">0710423</a> , IRREGULAR na Receita Federal, conforme evento <a href="#">0710432</a>		Aurinéia Borges Valente <a href="#">0710424</a> , REGULAR em todas as certidões, conforme evento <a href="#">0710433</a>		Floricultura de Amazônia <a href="#">0710434</a> , IRREGULAR na Receita Federal e FGTS, conforme evento <a href="#">0711535</a>	
Item	Descrição	Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor total do item	Valor unitário	Valor total do item	Valor unitário	Valor total do item	Valor unitário	Valor total do item	Valor unitário	Valor total do item	Valor unitário	Valor total do item	Valor unitário	Valor total do item	
1	Arranjo	Medindo	10	Não cota	–	Não cota	–	Não cota	–	R\$ 455,0	<b>R\$ 4.550,0</b>	R\$ 400,0	<b>R\$ 4,00</b>	R\$ 450,0	<b>R\$ 4,50</b>	R\$ 1.200	<b>R\$ 12.000,00</b>	



# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	o Baixo	100 cm de comprimento X 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades ), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.							0	0	0	0,00	0	0,00	,00		
2	Arranjo sobre colunas	Apoiado sobre colunas de vidro ou madeira, ou vasos cerâmicos ou de vidro (para instalação na porta de entrada e interior do auditório ou plenário, composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.	20	Não cota	–	Não cota	–	Não cota	–	R\$ 370,00	R\$ 7.400,00	R\$ 500,00	R\$ 10.000,00	R\$ 390,00	R\$ 7.800,00	R\$ 1.100,00	R\$ 22.000,00
3	Arranjo fúnebre	Arranjo fúnebre composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m X1m - acompanha faixa com	4	Não cota	–	Não cota	–	Não cota	–	R\$ 395,00	R\$ 1.580,00	R\$ 550,00	R\$ 2.200,00	R\$ 300,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.350,00	R\$ 5.400,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		mensagem. Obs.: Os arranjos fúnebres deverão ser fornecidos a qualquer hora do dia e da noite, inclusive em finais de semana e feriados														
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>Não cota</b>	<b>Não cota</b>	<b>Não cota</b>	<b>R\$ 13.530,00</b>	<b>R\$ 16.200,00</b>	<b>R\$ 13.500,00</b>	<b>R\$ 39.400,00</b>							

**ANEXO II - PREÇOS CONSIDERADOS PARA A ESTIMATIVA FINAL**

- **INSERIR QUADRO** com os preços considerados para a estimativa final da aquisição ou contratação, as fontes pesquisadas - lincadas com o número do evento no SEI - e o método ou métodos utilizados para obtenção da estimativa (média, mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços):

<b>COTAÇÃO DE PREÇOS - Data da consulta: 29/06/2021</b>					
			<b>Aurinéia Borges Valente</b> <a href="#">0710424</a> , REGULAR em todas certidões, conforme evento <a href="#">0710433</a>		
Item	Descrição	Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor total do item
1	Arranjo Baixo	Medindo 100 cm de comprimento X 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.	10	R\$ 450,00	<b>R\$ 4.500,00</b>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2	Arranjo sobre colunas	Apoiado sobre colunas de vidro ou madeira, ou vasos cerâmicos ou de vidro (para instalação na porta de entrada e interior do auditório ou plenário, composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.	20	R\$ 390,00	<b>R\$ 7.800,00</b>
3	Arranjo fúnebre	Arranjo fúnebre composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m X1m - acompanha faixa com mensagem. Obs.: Os arranjos fúnebres deverão ser fornecidos a qualquer hora do dia e da noite, inclusive em finais de semana e feriados	4	R\$ 300,00	<b>R\$ 1.200,00</b>
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 13.500,00</b>	

Concluídos os procedimentos acima, encaminho a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação à SAOFC, acompanhada dos comprovantes de Cotação de Preços, Pesquisa de Mercado e demais fontes de consultas de composição do valor estimado, nos termos registrados neste formulário, bem como o ETP e TR/PB para apreciação e aprovação pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Analista Judiciário, em 19/07/2021, às 18:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0716816** e o código CRC **28985E10**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805-859 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **PROJETO BÁSICO Nº 2/2021 - PRES/DG/CERIMONIAL**

#### **1.0 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto no artigo 6º, IX, da Lei nº 8.666/93, Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO e Resolução TSE nº 23.234/2010, elaboramos o presente Projeto Básico, visando a contratação de serviços de ornamentação para eventos institucionais deste Tribunal.

#### **2.0 – DO OBJETO**

A contratação tem por objeto o serviço de fornecimento de arranjos florais para atendimento ao cerimonial de eventos institucionais deste Tribunal, consistentes em homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos.

#### **2.1. DA DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES**

As quantidades a serem adquiridas estão expressas no quadro abaixo. Bem assim, as especificações do objeto, cuja qualidade mínima deve considerar como referência os modelos de arranjos apresentados nas fotos juntadas aos eventos [0704772](#) e [0704773](#).

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtde</b>	<b>Especificação</b>
01	Arranjo Baixo	10	Medindo 100 cm de comprimento X 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante
02	Arranjo	20	Apoiado sobre colunas de vidro ou madeira, ou vasos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	sobre colunas		cerâmicos ou de vidro (para instalação na porta de entrada e interior do auditório ou plenário, composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante
03	Arranjo fúnebre	4	Arranjo fúnebre composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m X1m - acompanha faixa com mensagem.  Obs.: Os arranjos fúnebres deverão ser fornecidos a qualquer hora do dia e da noite, inclusive em finais de semana e feriados

### **2.2 DO LOCAL DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DECORRENTES DO FORNECIMENTO**

Os serviços serão prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ou em outro local, previamente informado à contratada, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

### **2.3 DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO**

– Quanto aos arranjos:

1. Deverá fornecer os materiais da ornamentação com antecedência mínima de 04 (quatro) horas antes da realização do evento;
2. Deverá observar qualidade mínima indicada nas fotos anexadas ao presente procedimento, nos eventos [0704772](#) e [0704773](#);
3. A Comissão de Cerimonial comunicará a contratada, no mínimo 05 dias de antecedência da data do evento, o tipo de ornamentação necessária.

### **3.0 – DA JUSTIFICATIVA**

#### **3.1 DA NECESSIDADE**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A presente contratação visa atender demanda do Cerimonial deste Tribunal, em consonância com as normas de protocolo de cerimonial público. Sobretudo de eventos institucionais como solenidade de diplomação, posse de membros da Corte e de dirigentes do Tribunal, consoante disposto no art. 45 do Regimento Interno do TRE-RO.

### **3.2 DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

O serviço pretendido visa o atendimento de vários eventos institucionais decorrentes de inúmeras iniciativas estratégicas voltadas à melhoria dos serviços oferecidos e à interação da Justiça Eleitoral de Rondônia com a sociedade rondoniense.

### **4.0 – DA COTAÇÃO DE PREÇOS**

O prazo de validade da Proposta será de 60 (sessenta) dias.

Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Cotação de Preços.

A empresa cotante deverá observar qualidade mínima indicada nas fotos anexadas no ANEXO II desta cotação de preços.

As propostas apresentadas mediante preenchimento deste formulário de cotação de preços serão julgadas em relação ao menor preço e o atendimento das especificações, sendo declarado vencedora a empresa que ofertou o menor preço para o item único e se encontre regular com os documentos de habilitação exigidos nesta cotação.

Será exigido das empresas participantes da cotação que estejam em regularidade junto ao SICAF, comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ:

À empresa declarada vencedora desta cotação será adjudicado seu objeto.

### **5.0 - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				m													
1	Arranjo Bai xo	Medindo 100 cm de comprimento X 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se	10	Não cot a	—	Não cota	—	Não cota	—	R\$ 455,00	<b>R\$ 4.550,00</b>	R\$ 400,00	<b>R\$ 4.000,00</b>	R\$ 450,00	<b>R\$ 4.500,00</b>	R\$ 1.200,00	<b>R\$ 12.000,00</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		harm onize m, à critéri o da contr atante .															
2	Arr anjo sobr e colu nas	Apoi ado sobre colun as de vidro ou made ira, ou vasos cerâ micos ou de vidro (para instal ação na porta de entra da e interi or do audit ório ou plená rio, comp osto por	20	Nã o cot a	—	Não cota	—	Não cota	—	R\$ 370 ,00	R\$ 7.4 00, 00	R\$ 500 ,00	R\$ 10.0 00,0 0	R\$ 39 0,0 0	R\$ 7.8 00, 00	R\$ 1.1 00, 00	R\$ 22.0 00,0 0



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.														
3	Arranjo fúnebre	Arranjo fúnebre composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m	4	Não cotada	—	Não cota	—	R\$ 395,00	<b>R\$ 1.580,00</b>	R\$ 550,00	<b>R\$ 2.200,00</b>	R\$ 300,00	<b>R\$ 1.200,00</b>	R\$ 1.350,00	<b>R\$ 5.400,00</b>	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		X1m - acom panha faixa com mens agem. Obs.: Os arranj os fúneb res dever ão ser forne cidos a qualq uer hora do dia e da noite, inclus ive em finais de sema na e feriad os													
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>Não cota</b>	<b>Não cota</b>	<b>Não cota</b>			<b>R\$ 13.530, 00</b>		<b>R\$ 16.200,0 0</b>		<b>R\$ 13.500, 00</b>		<b>R\$ 39.400,0 0</b>	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PREÇOS CONSIDERADOS PARA A ESTIMATIVA FINAL**

<b>COTAÇÃO DE PREÇOS</b> - Data da consulta: 29/06/2021					
				<b>Aurinéia Borges Valente</b> <a href="#">0710424</a> , REGULAR em todas certidões, conforme evento <a href="#">0710433</a>	
Item	Descrição	Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor total do item
1	Arranjo Baixo	Medindo 100 cm de comprimento X 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.	10	R\$ 450,00	<b>R\$ 4.500,00</b>
2	Arranjo sobre colunas	Apoiado sobre colunas de vidro ou madeira, ou vasos cerâmicos ou de vidro (para instalação na porta de entrada e interior do auditório ou plenário, composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.	20	R\$ 390,00	<b>R\$ 7.800,00</b>
3	Arranjo fúnebre	Arranjo fúnebre composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m	4	R\$ 300,00	<b>R\$ 1.200,00</b>



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		X1m - acompanha faixa com mensagem. Obs.: Os arranjos fúnebres deverão ser fornecidos a qualquer hora do dia e da noite, inclusive em finais de semana e feriados			
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 13.500,00</b>	

Diante do exposto, poderá a Administração autorizar a despesa e adjudicar o objeto à empresa Aurinéia Borges Valente, CNPJ 12.587.202/0001/60, posto que apresentou a melhor proposta, e encontra-se regular com suas certidões.

## **6 - DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR DA DESPESA**

### **6.1 Dispensa de licitação em razão do valor:**

Tomando-se por base as propostas apresentadas, a que melhor se enquadra às necessidades deste TRE-RO é a Aurinéia Borges Valente, CNPJ 12.587.202/0001/60, no valor total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Foi juntado aos autos a comprovação de regularidade para contratar com o setor público demonstrada pelas certidões juntadas no evento [0710433](#). Assim, esta unidade entende que a contratação pode ser realizada diretamente, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei n. 8.666/93.

### **6.2 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA**

As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão com recursos do Orçamento Anual de 2021, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

- EXERCÍCIO - 2021



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Categoria: Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral - CERIMONIAL
- Orçamento Ordinário 2021
- Plano Interno: ADM EVENTO
- Valor: R\$ 5.000,00 (treze mil e quinhentos reais)
- EXERCÍCIO - 2022
- Categoria: Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral - CERIMONIAL
- Orçamento Ordinário 2021
- Plano Interno: ADM EVENTO
- Valor: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)

### **7.0 – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO**

#### **7.1 - DO CONTRATO**

Nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, será formalizado CONTRATO, regulando a relação entre a Administração contratante e a empresa Contratada, conforme Minuta de Contrato a ser anexada no edital.

O Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Como condição para a assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar, situação de regularidade junto à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Justiça do Trabalho.

Se a adjudicatária não apresentar situação regular perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, no ato da assinatura do contrato, ou, injustificadamente, não receber as vias do contrato, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se à aplicação de advertência e de multa de até 10% sobre o valor adjudicado.

Para efetivar a contratação, será feito o seguinte:

1. A proponente/compromissária/fornecedora será convocada pela Seção de Contratos, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI.

2. Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a compromissária/fornecedora será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do Contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação pela Seção de Contratos.

Após a assinatura do contrato, a contratada deverá providenciar a prestação dos serviços contratados, dentro dos prazos fixados neste Projeto Básico, conforme orientações do gestor do contrato.

À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/1993, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

### **7.2 - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO**

Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte dos itens objeto deste contrato.

### **8.0 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

Após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO, a contratada deverá executar o objeto nos prazos e condições estabelecidos no ITEM 2.3 deste instrumento. De modo que a cada solicitação de serviço será emitida uma ORDEM DE SERVIÇO específica.

– Quanto aos arranjos:

1. Deverá fornecer os materiais da ornamentação com antecedência mínima de 04 (quatro) horas antes da realização do evento;
2. Deverá observar qualidade mínima indicada nas fotos anexadas ao presente procedimento, nos eventos [0704772](#) e [0704773](#);
3. A Comissão de Cerimonial comunicará a contratada, no mínimo 05 dias de antecedência da data do evento, o tipo de ornamentação necessária.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quando da realização de cada evento, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal após a execução do serviço, do qual o gestor do contrato emitirá o Termo de Recebimento Provisório que tem apenas valor quantitativo, e que não tem valor de aceitação definitiva.

Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o gestor do contrato terá um prazo de 05 (cinco) dias consecutivos para realizar a análise qualitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados, que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes neste Projeto Básico, o qual emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

No caso de eventual inconsistência, omissões ou erros na entrega dos materiais ou prestação de serviços, o gestor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que discorrerá de forma detalhada as inconsistências e prejuízos causados.

### **9.0 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A gestão e fiscalização será de competência da presidente da Comissão de Cerimonial, ou por seu substituto legal em caso de ausências, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

### **10.0 – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

10.1 São direitos e obrigações do Contratante:

10.1.1 cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Projeto Básico;

10.2.1 receber os fornecimentos e materiais nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste Projeto Básico, em especial o ITEM 2.3;

10.2.3 promover o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

10.2.4 efetuar o pagamento, mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo, devidamente atestado pelo gestor do contrato.

d.1) Aos pagamentos serão aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência;

d.2) Para realização dos pagamentos a contratada deve apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho.

d.3) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100) / 365 \qquad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

10.2 São direitos e obrigações da Contratada:

10.2.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Projeto Básico, em especial o ITEM 2.3;

10.2.2 Entregar o objeto do contrato nos prazos especificados neste instrumento;

10.3.3 Fornecer o material de apoio e manter o pessoal de apoio necessário a realização do objeto;

10.4.4 Substituir, às suas expensas, os itens que estiverem em desacordo com o especificado neste Projeto Básico (comunicadas pela Comissão de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cerimonial), no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento;

10.4.5 Atender aos demais comunicados pelo gestor do contrato quanto ao cumprimento das cláusulas especificadas neste instrumento;

10.4.6 Receber o pagamento do valor ajustado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pelo gestor do contrato;

10.4.7 Situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho, quando da contratação e pagamentos.

10.4.8 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

10.4.9 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do contrato que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.

## **11.0 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:

1. Atraso injustificado da obrigação de fornecer os materiais da ornamentação pelo menos 04 (quatro) horas antes da realização do evento: multa de 2% (dois por cento);
2. Atraso nos demais prazos e obrigações estipulados neste instrumento, será aplicada multa de 0,5% ao dia até o limite de 20 (vinte) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.3 A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha qualquer crédito neste Tribunal será intimada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, realizar o recolhimento, sob pena de inscrição na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

11.5 A contratada se submete as sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

11.6 Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.

## **12.0 – DOS ANEXOS**

São anexos do presente Projeto Básico:

I Fotos referenciais da qualidade mínima do objeto deste Projeto Básico eventos <a href="#">0704772</a> e <a href="#">0704773</a>
<b>Casa das Flores</b> <a href="#">0710349</a>
<b>Euro Comércio</b> <a href="#">0710408</a>
<b>Primavera Eventos</b> <a href="#">0710419</a>
Certidões: evento <a href="#">0710429</a>
<b>Guiomar Aparecida</b> <a href="#">0710423</a> , IRREGULAR na Receita Federal, conforme evento <a href="#">0710432</a>
<b>Aurinéia Borges</b> <a href="#">0710424</a> , REGULAR em todas as certidões, conforme evento <a href="#">0710433</a>
<b>Floricultura da Amazônia</b> <a href="#">0710428</a> , IRREGULAR na Receita Federal e FGTS, conforme evento <a href="#">0711510</a>

---



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Analista Judiciário, em 27/07/2021, às 13:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0719392** e o código CRC **5AF9CAF8**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002087-32.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Comissão de CERIMONIAL

ASSUNTO: **Dispensa de Licitação** – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de ornamentação para o fornecimento de arranjos florais para atendimento ao cerimonial em eventos institucionais deste Tribunal e outros eventos correlatos. **Análise**

### **PARECER JURÍDICO Nº 107 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

#### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Comissão de Cerimonial do TRE-RO, objetivando abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de ornamentação para fornecimento de arranjos florais para atendimento ao cerimonial em eventos institucionais deste Tribunal e outros eventos correlatos ([0701872](#)).

**02.** A Solicitação de Contratação 2 ([0701874](#)) para autorização da elaboração de estudo técnico preliminar e projeto básico da contratação pretendida foi demandada e solicitada pela Comissão de Cerimonial. Os autos foram enviados a SAOFC para a necessária autorização e pelo Despacho nº 919/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC a solicitação recebeu a autorização do secretário da SAOFC, que determinou o envio dos autos a unidade solicitante/demandante (Comissão



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Cerimonial), para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico ([0701874](#)).

**03.** O Estudo Técnico Preliminar (ETP) para dispensas e inexigibilidades de licitação contendo os elementos iniciais para elaboração do projeto básico foi juntado aos autos no evento [0703171](#). Para a estimativa do valor da despesa a unidade utilizou-se da Cotação de Preços 03/2021 ([0709402](#)) resultando na participação de 4 (quatro) empresas, das quais apenas duas com regularidade fiscal e trabalhista. A informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação foi juntada aos autos no evento [0716816](#).

**04.** Registra-se que a proposta apresentada pela empresa AURINÉIA BORGES VALENTE – CNPJ 12.587.202/0001-60, na Cotação de Preços nº 03/2021, sagrou-se vencedora, com o valor total dos serviços em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), evento [0710424](#), e comprovada a regularidade fiscal e trabalhista ([0710433](#)).

**05.** Recepcionado os autos na SAOFC, pelo Despacho n. 1205/2021- **PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC**, o secretário titular envia os autos, concomitantemente a COMAP, COFC, SECONT e ao final a AJDG ([0717007](#)).

**06.** A unidade demandante juntou o Projeto Básico n. 2/2021- PRES/DG/CERIMONIAL ([0719392](#)), contendo a descrição do objeto, a justificativa da contratação, o valor estimado para a contratação, a aderência ao planejamento orçamentário, a forma de execução dos serviços, a forma de pagamento, as obrigações da contratante e do contratado, as sanções administrativas, a gestão e fiscalização do contrato.

**07.** A COMAP, unidade responsável pela avaliação de Termo de Referência e Projeto Básico, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, entendeu pela regularidade do Projeto Básico citado ([0719392](#)), atestando que o referido instrumento, complementado pela proposta da empresa ([0710424](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX art. 7º, inc. I da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008 do TRE-RO, consoante Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 64/2021 ([0719428](#)).

**08.** A Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) apresenta nos autos disponibilidade orçamentária e financeira no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para suportar a despesa no presente



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exercício, bem como a adequação da despesa ao PPA, LDO e LOA ([0720011](#)).

**09.** Por fim, consta nos autos a minuta de Carta-Contrato ([0720266](#)) elaborada e juntada pela Seção de Contratos (SECONT).

**10.** Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica ([0720267](#)). **É o necessário relato.**

## **II- ANÁLISE JURÍDICA**

**11.** A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

**12.** Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**13.** Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00**, pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais).

**14.** No caso em tela, o valor do serviço pretendido é de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), conforme demonstrado no Projeto Básico 2 (0719392) e na Cotação de Preço realizada (0710424). Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

**15.** Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**16.** A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.**

**17.** No vertente caso, 04 (quatro) empresas apresentaram propostas, porém apenas duas delas com regularidade fiscal e trabalhista, a saber:

- **PRIMAVERA EVENTOS** – CNPJ 02.701.585/0001-00, apresentou proposta no valor total de **R\$ 13.530,00 e habilitação fiscal e trabalhista regulares** ([0710429](#));
- **AURINÉIA BORGES**, CNPJ nº 12.587.202/0001-60, **apresentou proposta no valor total de R\$ 13.500,00 e habilitação fiscal e trabalhista regulares** ([0710433](#)).

**18.** Com relação a este tema, embora haja entendimento do TCU que a cotação deve ser realizada com pelo menos **três empresas** aptas a contratar com a Administração Pública (**Acórdão nº 1782/2010-Plenário**), esta Corte também reconhece que as particularidades do caso concreto poderão impedir a participação na cotação dessa quantidade de empresas.

**19.** Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, **basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra.** Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão nº 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, **porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada;** (...)

**20.** Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dispensa e inexigibilidade deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima**; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

**21.** Destarte, deve-se levar em consideração a pesquisa de preço realizada nos autos, pois existe competitividade limitada dos serviços pretendidos no mercado local e consonância entre os preços apresentados pelas empresas cotantes, ademais a situação econômica criada pela pandemia da Covid 19, desde 2020, afetou, principalmente as empresas que oferecem esse tipo de serviço no mercado.

**22.** Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **AURINÉIA BORGES**, CNPJ nº 12.587.202/0001-60, **com a proposta no valor total de R\$ 13.500,00 e habilitação fiscal e trabalhista regulares (0710424)**, justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão **preenchidos**.

**23.** Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

### ***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS***

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadín, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n. 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)

**24.** No caso ventilado, a empresa com a melhor proposta apresenta regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento 0710433. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

**25.** Pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa **AURINÉIA BORGES**, CNPJ nº 12.587.202/0001-60, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

**26.** De outro lado, o Projeto Básico Nº **2/2021 - PRES/DG/CERIMONIAL** (0719392), complementado pela Cotação de preços n. 02/2021 - SLC, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93), motivo pelo qual pode ser apresentado a **autoridade competente para sua aprovação**.

**27.** Com relação a minuta de Carta-Contrato juntada, em análise formal aos seus termos, percebe-se que o referido instrumento se encontra em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

**28.** Contudo, esta AJDG, com precedente na Decisão TCU nº 1336/06-Plenário, entende desnecessária a publicação na imprensa oficial exigida pelo art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, em razão do valor dos serviços, situar-se nos patamares da dispensa legal. Todavia, aconselhamos que a publicação da contratação se dê no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral em homenagem ao princípio da publicidade.

### **III – DA CONCLUSÃO**

**29.** Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta com a empresa **AURINÉIA BORGES**, CNPJ nº 12.587.202/0001-60, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

b) pela apresentação do PB juntado aos autos à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

**30.** Ademais, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta de Carta-Contrato (0720266)**.

**31.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que impedida de pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 29/07/2021, às 18:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0720715** e o código CRC **75C037A7**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002087-32.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Comissão de CERIMONIAL

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de arranjos florais para atendimento a eventos institucionais.

**DESPACHO Nº 975 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Comissão de Cerimonial do TRE-RO, objetivando abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de ornamentação para fornecimento



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de arranjos florais para atendimento ao cerimonial em eventos institucionais deste Tribunal e outros eventos correlatos ([0701872](#)).

A unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP ([0703171](#)) e a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0716816](#)).

Para a estimativa do valor da despesa a unidade utilizou-se da Cotação de Preços 03/2021 ([0709402](#)) resultando na participação de 4 (quatro) empresas, das quais apenas duas com regularidade fiscal e trabalhista. A informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação foi juntada aos autos no evento [0716816](#).

A proposta apresentada pela empresa AURINÉIA BORGES VALENTE – CNPJ 12.587.202/0001-60, na Cotação de Preços nº 03/2021, sagrou-se vencedora, com o valor total dos serviços em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), evento [0710424](#), e comprovada a regularidade fiscal e trabalhista ([0710433](#)).

A unidade demandante juntou o Projeto Básico n. 2/2021-PRES/DG/CERIMONIAL ([0719392](#)), contendo a descrição do objeto, a justificativa da contratação, o valor estimado para a contratação, a aderência ao planejamento orçamentário, a forma de execução dos serviços, a forma de pagamento, as obrigações da contratante e do contratado, as sanções administrativas, a gestão e fiscalização do contrato.

Encaminhou-se os autos à SAOFC, para análise do Projeto Básico ([0716934](#)).

Em atendimento ao Despacho nº 1205/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0717007](#)), a COMAP baixou os autos em diligência elaborando minuta de Projeto Básico ([0718378](#)) para elaboração/retificação do anteriormente apresentado pela unidade demandante ([0718391](#)).

Em atendimento à Solicitação de Diligência - [0718391](#), feitos os ajustes propostos pela COMAP, juntou-se aos autos novo PB juntado no evento [0719392](#).

A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0719428](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para custear a despesa no presente



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exercício, bem como a adequação da despesa ao PPA, LDO e LOA ([0720011](#)).

A Seção de Contratos – SECONT elaborou a minuta de Carta-contrato ([0720266](#)) e remeteu o feito à AJDG para análise ([0720267](#)).

A Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral, por meio do Parecer Jurídico AJDG nº 107/2021 ([0720715](#)), opinou pela possibilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, da empresa **AURINEIA BORGES VALENTE - CNPJ: 12.587.202/0001-60**, e pela aprovação do Projeto Básico 2/2021 ([0719392](#)). Por fim, aprovou a minuta de Carta-contrato juntada no evento [0720266](#).

A SAOFC se manifestou pela aprovação do ETP ([0703171](#)) e do Projeto Básico ([0719392](#)); pela regularidade do preço estimado; autorização da despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação e contratação direta da empresa Aurinéia Borges, com emissão da Nota de Empenho no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e publicação da dispensa apenas no DJE ([0720730](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda não supera o limite legal permitido no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

No vertente caso, 04 (quatro) empresas apresentaram propostas, porém apenas duas delas com regularidade fiscal e trabalhista. Em que pese a exigência do TCU na apresentação de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, verifica-se nos autos a existência de justificativa para o caso, tendo em vista a limitada competitividade dos serviços pretendidos no mercado local e consonância entre os preços apresentados pelas empresas cotantes, ademais a situação econômica criada pela pandemia da Covid 19, desde 2020, afetou, principalmente as empresas que oferecem esse tipo de serviço no mercado, de modo que resta justificada a impossibilidade de ser obter essa quantidade mínima.

No caso sob análise, a empresa com a melhor proposta apresenta regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento 0710433, restando-se atendido os requisitos de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Desse modo, pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que restam devidamente justificados os preços a serem contratados, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas às contratações diretas, de modo que restam cumpridos, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93**.

Some-se a isso haver justificativa para a contratação pretendida, tendo em vista a necessidade de realizações de atividades de cerimonial no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral, especificamente no fornecimento de arranjos florais, conforme item 3 do Projeto Básico n. 2/2021 ([0719392](#)).

Assim, das informações extraídas dos presentes autos, verifica-se que a empresa **AURINÉIA BORGES VALENTE - CNPJ: 12.587.202/0001-60 ([0710424](#))** ofertou o menor preço dentre as cotações válidos para a aquisição em comento, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Ressalta-se, que, conforme já registrado, a empresa cotada apresenta sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento [0710433](#).

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

**1 - Aprovo o ETP juntado ao evento n. [0703171](#) e o Projeto Básico 2/2021-PRES/DG/CERIMONIAL ([0719392](#))**, porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do art. 6º, IX, c/c art. 7º, I, e art. 14 da Lei nº 8.666/93;

**2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento [0716816](#)**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria CNJ n. 101/2021 ([0683506](#) e [0683500](#)) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

**3 - Autorizo a despesa, por dispensa de licitação**, com fulcro no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**; e

**4 - Adjudico o objeto à empresa AURINÉIA BORGES VALENTE - CNPJ: 12.587.202/0001-60**, por ter apresentado a melhor proposta, e autorizo a **emissão de Nota de Empenho** em favor da referida empresa, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, condicionada a sua regularidade fiscal; e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**5. Determino a publicação da dispensa no Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal, estipulado no art. 24, II da Lei 8.666/93.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 30/07/2021, às 17:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0720793** e o código CRC **9FA44858**.